

Vem aí a Inspeção Veicular

A inspeção veicular será, sem dúvida, outra medida de impacto neste amplo processo de reformulação das questões que envolvem o trânsito em todo o País, iniciado com a entrada em vigor do novo Código Brasileiro de Trânsito. Afora as pesadas multas, a ameaça da perda temporária da carteira de habilitação pelo acúmulo de faltas graves e a sábia decisão de dar um tratamento mais rigoroso aos assassinos do volante, enfrentarão os proprietários de veículos desta terra outro obstáculo: a cada ano submeterem seus veículos a uma revisão que indicará quais seus defeitos e problemas, exigirá a superação dos mesmos, ou poderá até mesmo tirá-los sumariamente de circulação.

Claro está que tudo isto terá um custo para o dono do veículo, a ser acrescido às despesas que já se tem com o IPVA, o licenciamento e o seguro obrigatório, cujo pagamento se exige, estranhamente, até daqueles que trataram de fazer um seguro total de seus veículos. A preços de hoje, a inspeção veicular custará R\$ 50,00 por veículo. Este valor, considerado razoável por alguns, dá uma dimensão do volume de recursos que serão movimentados se levarmos em conta que apenas em Porto Alegre circulam nos dias atuais mais de 600 mil veículos.

Abstraindo-se sobre o assunto questões polêmicas como o porquê de não ser delegada aos municípios (e alguns – a Capital entre eles, até reclamam este direito) a inspeção veicular, há que reconhecer: um eficiente sistema de vistoria promoverá profundas alterações não só nas relações entre o proprietário do veículo e as oficinas mecânicas – e isto tem dito o diretor-presidente do DETRAN, Djalma Gautério, como no próprio mercado de carros usados, segundo pertinente observação de Odilon Rebés Abreu, conselheiro da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS).

Acontece que, na inspeção veicular – a ser processada em modernas plataformas eletrônicas, com o mínimo de interferência humana, serão listados todos os problemas do carro (peças e equipamentos) e solicitado o indispensável concerto para que ele possa ser licenciado. Assim, após passar pela oficina, da escolha do proprietário do veículo, este deverá ser submetido a nova avaliação na plataforma eletrônica, quando será conferido se os reparos exigidos foram efetivamente feitos. No meu caso, por exemplo, isto será um alívio, eis que, como acontece com a maioria dos motoristas que circulam com seus carros pelas ruas, avenidas e estradas, não posso considerar sequer rudimentares meus conhecimentos de mecânica, E, por isto, estou sujeito a ser "enrolado" por um mecânico menos honesto que poderá, por exemplo, trocar os amortecedores já velhos de meu carro por outros apenas reconicionados, alegando que os mesmos são novinhos.

De outra parte, o mercado de usados deverá se tornar menos nebuloso, pois os veículos também serão submetidos à inspeção veicular e a tendência é que acabem práticas deploráveis como furos na lataria maquiados com muita massa, ou a histórica adição de casca de banana no eixo cardam para encobrir ruído indicativo de sérios problemas.

Outra novidade anunciada na reforma das questões que envolvem nosso trânsito refere-se à renovação das Carteiras de Habilitação, Diz o DETRAN que, agora, será exigido dos motoristas ao renovarem suas habilitações noções de primeiros socorros e até mesmo de medidas de proteção ao meio ambiente. Há quem julgue

este tipo de exigência desproporcionada, mas se for para melhorar o tráfego de veículos e qualificar os motoristas, deve ser bem-vinda.

Na verdade, são necessárias medidas inovadoras como as já listadas que busquem reduzir drasticamente a verdadeira carnificina que impera em nossas ruas, avenidas e, especialmente, estradas. Vale alertar, porém, que somente multas pesadas e a ameaça de cassação de carteiras de habilitação não serão suficientes para reverter o processo que nos levou ao caos no nosso trânsito. É indispensável a fiscalização e a orientação. No caso de Porto Alegre, a Prefeitura precisa, com a necessária urgência, instalar seus “pardais” e “caetanos” e ampliar o número de “azulões”, a fim de cobrir não só a área central, mas igualmente os bairros da cidade. A Brigada Militar, historicamente, esteve mais voltada para o policiamento ostensivo e mesmo neste enfrenta sérias deficiências, com o que precisa ser desonerada da obrigação de fiscalizar o trânsito.

Sem fiscalização rigorosa e um programa de orientação eficiente (é melhor impedir que um carro estacione em local proibido do que deixá-lo primeiro estacionar para depois aplicar uma multa e chamar o guincho), em breve viveremos, com o novo Código Brasileiro de Trânsito, o que já ocorreu com o antigo Código Nacional de Trânsito, que tinha boas normas, previa multas, cassação de habilitações e que foi para o brejo simplesmente porque não existia ninguém para exigir que o mesmo fosse cumprido.